

PODER EXPLICATIVO E LIMITES DAS NOVAS ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO DO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA TEORIA DO CAPITAL SOCIAL DE ROBERT PUTNAM E DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE DE AMARTYA SEN

William Héctor Gómez Soto¹
Barby de Bittencourt Martins²

O objetivo deste trabalho é analisar as limitações e o poder explicativo das novas abordagens de desenvolvimento, para isso os autores mostram os elementos de ruptura dessas abordagens com as visões predominantes e conservadoras do desenvolvimento. A análise se centra na comparação das interpretações de Robert Putnam e de Amartya Sen que sem dúvida representam um novo paradigma na produção de conhecimento sobre a problemática de desenvolvimento, porém ambas ainda contém algumas dificuldades e contradições que limitam o alcance do seu poder explicativo. É importante salientar que as propostas teóricas de ambos os autores se baseiam numa ampla pesquisa empírica, Putnam sustenta suas proposições teóricas com uma pesquisa abrangente que durou quase 30 anos, pretendendo encontrar, na comparação de diversas variáveis, elementos explicativos para as divergências de desenvolvimento do Sul e o Norte da Itália. Sen por sua vez, buscando a verificação empírica das inúmeras inter-relações teóricas que propõe, realiza uma vasta pesquisa comparando um conjunto de variáveis entre regiões e grupos sociais de diferentes países asiáticos, africanos, latino-americanos, europeus e dos Estados Unidos.

Este trabalho de análise comparativa de ambas as perspectivas do pensamento social contemporâneo acerca do desenvolvimento, insere-se na vertente teórica da sociologia do conhecimento principalmente aquela da tradição inaugurada por Karl Mannheim.

Em *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna* de Robert Putnam a questão do desenvolvimento é abordada de forma diferente. Nela, Putnam (2006) traz para dentro dos debates de desenvolvimento sócio-econômico o aspecto sócio-cultural que havia sido negligenciado pelos economistas e sociólogos que tem analisado a problemática do desenvolvimento. Em geral os estudiosos do tema evitaram aprofundar o assunto e descuidadamente colocaram um símbolo de igualdade entre crescimento econômico e desenvolvimento.

Até os anos 70, era quase consenso considerar o desenvolvimento sinônimo de crescimento. Poucas vezes romperam este consenso. Entre elas as análises consistentes de Celso Furtado questionaram o evidente simplismo deste consenso. O economista brasileiro ia além e concluía que o desenvolvimento era um mito, uma ideologia. A ideologia do desenvolvimento e mito possibilitou a

¹ Doutor em sociologia e Prof. do Instituto de Sociologia e Política (ISP) e do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ciências Sociais da UFPEL. E-mail: william.hector@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Ciências Sociais da UFPEL

preservação da atual ordem econômica e social. Os países atrasados, permaneceram nesse estado, mas com a esperança no progresso e um dia não tão distante desfrutar os benefícios do consumo dos países ricos. Aqui reside o mito. Furtado foi um dos primeiros a chamar a atenção deste fato. Pensar que todos os países poderiam em algum determinado momento da história atingir os níveis de consumo dos países ricos não só é uma ficção, mas essa miragem esconderia uma catástrofe ambiental. Depois de Furtado outros autores buscaram como conferir novos significados ao desenvolvimento. Robert Putnam e Amartya Sen se encontram entre os principais autores contemporâneos que desde diversas perspectivas discutem o tema e chamam a atenção às múltiplas aspectos e dimensões de um processo tão complexo que resulta extremamente simplificado confundindo-o ou definindo-o com crescimento econômico.

As novas interpretações acerca do desenvolvimento, em especial a de Putnam e a de Sen não são apenas estimulantes do ponto de vista acadêmico e das ciências sociais, mas também, e é o que se observa, paulatinamente tem provocado leves mudanças nas políticas públicas e mesmo nos indicadores para medir o desenvolvimento. Por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem se tornado um novo índice para medir o desenvolvimento e agora é utilizado pelos governos e pelas organizações internacionais. Apesar de que o IDH significa um passo para frente em relação ao PIB, ainda padece de muitas deficiências. Afinal o IDH é uma média de três dimensões e como toda média oculta especificidades e contradições e enormes diversidades nas condições sociais de regiões e países.

Putnam (2006) investiga o desempenho das instituições democráticas na Itália, e procura compreender o motivo pelo qual em algumas regiões as instituições se desempenham melhor que em outras. A pergunta de partida que norteia a sua pesquisa é a seguinte: Por que a região Sul é mais desenvolvida que a região Norte? Para responder a esta pergunta Putnam estabelece relações analíticas entre participação cívica, desempenho institucional e desenvolvimento sócio-econômico.

Na sua pesquisa foram empregadas várias técnicas, pois segundo ele, um cientista tem que recorrer à diversificação para aumentar o potencial de um único instrumento. Dessa maneira, ele utilizou a observação de campo e o estudo de caso, a análise estatística e histórica, além de aplicação de várias baterias de entrevistas, ao longo dos anos da pesquisa, com os conselheiros regionais, líderes comunitários e junto ao eleitorado.

Putnam (2006) investiga como se disseminou o processo de reforma e quais as suas conseqüências para a prática da política e do governo no nível local. Ele analisa como ocorreu a criação do governo regional após anos de tradição de governos centralizados. Através de várias sondagens ele mostra que a elite política da Itália encontrou um “um novo modo de fazer política”, isto é, houve uma despolarização ideológica. As relações interpartidárias se tornaram mais abertas ao diálogo e tolerantes e isso, segundo ele, colaborou no tocante às resoluções de questões práticas. As fortes tensões que caracterizavam a política partidária italiana dissiparam-se gradualmente, sendo substituídas por um crescente respeito mútuo.

É na busca da explicação para esses resultados que ele concentra-se em duas possibilidades genéricas: Modernidade sócio-econômica, isto é, as conseqüências da Revolução Industrial e a “Comunidade Cívica”, isto é, os padrões de participação cívica e solidariedade social. A partir daí, ele analisa qual a relevância dessas duas possibilidades.

Em relação à modernidade, ele relata que ao atravessar a Itália é notável que o Norte seja

bem mais adiantado que o Sul, de acordo com Putnam (2006), custa a crer que a modernidade não seja uma das principais razões das diferenças observadas no desempenho institucional dos governos regionais. As regiões do Norte são mais ricas e mais modernas, contam com a infra-estrutura de uma economia que é uma das mais adiantadas do mundo. Já o Sul, tem que enfrentar os graves problemas do subdesenvolvimento contando com pouca assistência local. Entretanto, ele coloca que a diferença de desempenho entre Norte e Sul não se deve simplesmente aos recursos financeiros disponíveis aos governos regionais, isso porque as autoridades centrais alocam verbas a esses governos de acordo com uma fórmula que favorece as regiões mais pobres. Logo em seguida, ele pretende investigar se o êxito de um governo democrático depende de quão próximo seu meio se acha do ideal de uma “comunidade cívica”. Daí ele define a comunidade cívica tomando por base os teóricos republicanos.

“(...) Numa comunidade cívica, a cidadania se caracteriza primeiramente pela participação nos negócios públicos. “O interesse pelas questões públicas e a devoção às causas públicas são os principais sinais de virtude cívica”, diz Michael Walzer. Decerto nem toda atividade política merece ser qualificada como “virtuosa” ou contribui para ao bem geral. O significado básico da virtude cívica parece residir em “um reconhecimento e uma busca perseverante do bem público à custa de todo interesse puramente individual e particular. (...)” (PUTNAM, 2006, p. 101)

Na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos. Nessa comunidade, deve haver relações horizontais de reciprocidade e cooperação, os cidadãos devem interagir como iguais, deve haver relações de confiança mútua entre os cidadãos e certas estruturas sociais de cooperação, como as associações civis. *“Diz-se que as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos “externos” sobre a sociedade”*(PUTNAM, 2006, p. 103)

Mas como saber até que ponto a vida social e política de cada região se aproxima do ideal de uma comunidade cívica? (PUTNAM, 2006, p.105). O autor, então, lança mão de quatro indicadores de civismo para poder verificar a teoria. O primeiro deles é a vibração associativa (levantamento das associações culturais e sociais italianas), o segundo é o número de leitores de jornais³, logo aparece o terceiro indicador que sintetiza o comparecimento às urnas nos referendos⁴ e o último indicador é a incidência do voto preferencial – além de indicar uma chapa, indicar também um candidato preferencial.

E a partir da análise dos dados que obteve, Putnam (2006) conclui que a comunidade cívica é um determinante mais forte, para o desempenho institucional, do que o desenvolvimento econômico. Então, ele vai buscar as origens da comunidade cívica e procurar saber o porquê que certas regiões são mais cívicas do que outras. Então ele conclui que o legado histórico teve muita importância sobre as tradições dessas regiões, pois mesmo depois de mudanças econômicas, políticas e sociais, as tradições cívicas foram preservadas.

Ao longo dos vinte anos da pesquisa, e com dados sobre o último século também, ele analisa a situação econômica dessas regiões. E, dessa forma, afirma que as tradições cívicas podem influenciar

³ Segundo ele, na Itália de hoje, o jornal continua sendo o principal meio que reserva maior espaço às questões comunitárias. E os leitores de jornais são mais informados do que os não-leitores e portanto têm mais condições de participar das deliberações cívicas.

⁴ Como o referendo é relativo a questões públicas, os que utilizam o voto como moeda de troca têm poucos motivos para comparecerem às urnas quando a eleição não lhes oferece vantagens pessoais imediatas.

fortemente o desenvolvimento econômico e o bem-estar social, bem como o desempenho institucional. É nesse ponto que ele vem a contribuir para o debate sobre desenvolvimento.

Putnam (2006) diz que a comunidade cívica está estreitamente ligada aos níveis de desenvolvimento social e econômico. Segundo ele, de modo geral, as regiões que são cívicas são também prósperas, industrializadas e têm boas condições sanitárias. Ele ainda coloca que se pode pensar que é o fato da sociedade estar desenvolvida o fator que leva os indivíduos a se tornarem cidadãos, mas mostra através dos seus dados que a relação causal é inversa. Ou seja, é o espírito cívico da sociedade que a leva ao desenvolvimento sócio-econômico.

Putnam (2006) retira todas as possibilidades de se levar o desenvolvimento econômico como precondição das normas e articulações cívicas e faz isso através de uma análise que leva em consideração indicadores de industrialização (medido pelo nível de emprego na agricultura e na indústria) e bem-estar social (medido pela mortalidade infantil).

Sobre a influência do civismo no desenvolvimento sócio-econômico, é interessante observar que ele assume ser equivocado interpretar as diferenças ente o Norte e o Sul apenas baseado em um único fator – no caso a tradição cívica. As disparidades sócio-econômicas entre essas regiões deveriam-se também a processos de mudança no contexto nacional, internacional e tecnológico. Por outro lado, segundo ele, a tradição cívica ajuda a explicar por que o Norte conseguiu reagir mais eficazmente do que o Sul aos desafios e oportunidades dessas mudanças. Por fim, ele afirma que não há uma relação de causa e efeito entre o civismo e o desenvolvimento, o que há é uma relação dialética.

Este civismo ao qual Putnam (2006) se refere aparece sob várias formas, como a confiança, as normas e as cadeias de relações sociais. Ele o denomina de capital social e uma de suas características é o fato de que ele normalmente constitui um bem público, é um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, não é propriedade dos indivíduos, enfim, ele tem que ser gerado como subproduto de outras atividades sociais.

Enfim, o capital social é o elemento formador das sociedades cívicas e é parte constituinte do *ethos* dessas comunidades. E uma comunidade cívica tem profundas raízes históricas. A partir disso, Putnam (2006) conclui que o contexto histórico e social têm importância fundamental para entender o desempenho das instituições democráticas. O nível de civismo de uma comunidade é revelador para compreender o seu desempenho econômico e institucional. E, embora se esteja acostumado a conceber o Estado e o mercado como mecanismos alternativos para a solução dos problemas sociais, a pesquisa de Putnam (2006) tenta mostrar que tanto os Estados quanto os mercados funcionam melhor em contextos cívicos.

Cabe mencionar que a partir da perspectiva de Putnam e os resultados da pesquisa italiana tem se originado uma relativa onda de pesquisa no Brasil e em outros países da América Latina para mostrar como o capital social pode explicar as diferenças de desenvolvimento. No Rio Grande do Sul já foram realizadas algumas pesquisa a partir da teoria do capital social e outras estão em andamento. A maior dificuldade desta empreitada está na definição dos indicadores para “medir” o capital social. Ainda resta fazer uma avaliação adequada dos resultados, as limitações, as potencialidades e as metodologias utilizadas nestas pesquisas e fazer um balanço científico.

Apesar de que os esforços de Putnam e Sen se movem na mesma direção, isto é, desvincular os processos de desenvolvimento do crescimento econômico. Em Sen se encontra uma teoria mais

abrangente do desenvolvimento. Cabe notar que tanto um como outro fundamentam suas conclusões em amplas pesquisa empíricas.

Amartya Sen recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1998 e, no ano seguinte, publicou sob o título *Desenvolvimento como liberdade*, uma série de conferências que trazem respostas diretas à pergunta: o que é desenvolvimento?

Sen (2000) procura demonstrar na sua obra que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam e que o enfoque nas liberdades humanas contrasta com as visões mais restritas de desenvolvimento – como as que identificam desenvolvimento com o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social.

“...O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas).(...) Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou alguma lista de instrumentos especialmente escolhida.”... (SEN, 2000, p.17)

De acordo com Sen (2000), expandir as liberdades dos indivíduos, só torna as suas vidas mais ricas e mais desimpedidas, permitindo também que os indivíduos sejam seres sociais mais completos, pondo em prática suas volições, interagindo com o mundo e o influenciando também. A liberdade a qual ele se refere está muito ligada aos direitos substantivos que permitam o indivíduo se tornar agente em sua vida.

*“(...) a visão da liberdade aqui adotada envolve tanto os **processos** que permitem a liberdade de ações e decisões como as **oportunidades** reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias pessoais e sociais. A privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como a violação do direito ao voto ou de outros direitos políticos ou civis), ou de oportunidades inadequadas de algumas pessoas têm para realizar o mínimo que gostariam (incluindo a ausência de oportunidades elementares como a capacidade de escapar da morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária).”... (SEN, 2000, p.31)*

Ele também argumenta que o desenvolvimento econômico está ligado à segurança econômica – que, por sua vez, pode relacionar-se com a presença de direitos e liberdades democráticas. Dessa maneira, ele pontua a forte relevância que pode ter um governo democrático para impedir a fome coletiva e outros desastres econômicos. Segundo Sen (2000), ter mais liberdade é fundamental para melhorar o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais no processo de desenvolvimento. Enfim, ele demonstra que a preocupação maior é fazer com que o indivíduo possa adquirir a “condição de agente” – “... *alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos...*” (SEN, 2000, p.33)

Sen (2000) distingue a liberdade global da instrumental. Para ele, há várias liberdades instrumentais que contribuem direta e indiretamente com a global: *liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora*. A *segurança protetora* é necessária para proporcionar um rede de segurança social; as *garantias de transparência* referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza. As *oportunidades sociais* referem-se a questões ligadas à saúde, educação e outros serviços essenciais. E quando ele fala em *facilidades econômicas*, ele se refere à distribuição equilibrada das riquezas.

As liberdades são importantes no processo de desenvolvimento em dois aspectos, no aspecto avaliativo e de eficácia. No primeiro, servem como referência de avaliação do desenvolvimento e, no segundo, servem como pressuposto deste processo.

A abordagem das liberdades permite reconhecer os papéis dos valores sociais, culturais e dominantes, pois as normas compartilhadas pela sociedade influem no tipo de liberdades desfrutadas pelos indivíduos. Entretanto, os valores também são influenciados por certas liberdades, o debate público é uma demonstração de liberdade de participação que pode influenciar na mudança de valores. Ou seja, a todo o momento o autor identifica relações dialógicas entre o que as liberdades podem proporcionar e o que influencia a existência das liberdades.

Ao longo de sua obra, Sen (2000) faz uma série de análises através da perspectiva das liberdades. Ele aponta os diversos tipos de privação das liberdades - como a desnutrição e a educação ineficaz - coloca em evidência os tipos de privação que são gerados por acontecimentos como a pobreza, desigualdade, fome, mortalidade, baixo rendimento e assimetria de poder dentro do mercado.

Em nenhum momento ele retira a importância do livre mercado, mas reitera sua posição de que deve haver políticas públicas que incentivem a participação ativa da massa da população na expansão econômica, não deixando que poucos garantam seus interesses, prejudicando os de poucos.

Ele também reconhece a necessidade de crescimento econômico, mas coloca em primeiro plano, e urgente, a questão do desenvolvimento humano. Segundo ele, “*As recompensas do desenvolvimento humano, como vimos, vão muito além da melhora direta da qualidade de vida, e incluem também sua influência sobre as habilidades produtivas das pessoas e, portanto, sobre o crescimento econômico em uma base amplamente compartilhada.*” (SEN, 2000, p.171).

Sen (2000) também traz em seu livro questões políticas, como a necessidade de democracia para a expansão das liberdades individuais. A democracia pode ser encarada como uma incentivadora de oportunidades e tem se mostrado como grande obstáculo para crises e catástrofes. Crises de fome, por exemplo, podem afetar definitivamente as capacidades das pessoas. Só o fato de haver democracia, gera a possibilidade da eliminação de desigualdades.

Além disso, Sen (2000) não deixa de fora o papel da mulher e dos valores culturais dentro do processo de desenvolvimento. Os valores e normas de conduta são importantes para os mecanismos de mercado como também o são no mundo contemporâneo o respeito às suas diferenças. A diversidade deve ser respeitada no processo de desenvolvimento.

Por fim, ele pontua a responsabilidade individual como essencial nesse processo. Não adianta ter capacidades sem saber agir responsabilmente na posse destas. “*Adultos responsáveis têm de ser incumbidos de seu próprio bem-estar; cabe a eles decidir como usar suas capacidades (...)*”. (SEN,

2000, p.326).

Enfim, o essencial a ser entendido na obra de Amartya Sen é o fato de que para ele as liberdades não são apenas os fins do desenvolvimento, mas seus meios principais. Isto é, a liberdade é para ele, o *meio* e o *fim* do desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois autores trazem novas contribuições teóricas e empíricas para o debate ainda em aberto sobre os problemas do desenvolvimento. Putnam não faz em si uma obra sobre o tema, mas ao final de sua pesquisa ele faz algumas constatações interessantes a respeito da influência cultural sobre o desenvolvimento sócio-econômico de uma comunidade. Quanto à Sen, sua abordagem diverge das correntes tradicionais, pois eleva ao primeiro plano uma questão até então não trabalhada – a liberdade.

A temática sobre desenvolvimento estava até então saturada de discursos e argumentos economistas e ambientalistas. Dessa forma, esses autores inserem dois aspectos até então posicionados à margem das abordagens dominantes e, muitas vezes, negligenciados.

Visto que os dois se inserem nesse debate, é preciso se perguntar, primeiramente, à que desenvolvimento eles estão se referindo. Ou seja, que conceito de desenvolvimento está em jogo em suas abordagens. Será que eles convergem nesse ponto? Além desse conceito, que outros tipos de conceitos e perspectivas teóricas estão sustentando suas análises. O que Putnam chama de capital social? E Sen, o que é liberdade pra ele?

Quando Putnam faz seu estudo e conclui que o alto estoque de capital social pode influenciar no desenvolvimento, ele pretende dizer que a cultura de uma comunidade é fator chave no caminho para o desenvolvimento. Ele não define desenvolvimento em seu livro, mas a partir dos dados que ele se utiliza para suas inferências é possível desvendar o significado desse conceito para ele.

Dados como a parcela da força de trabalho na agricultura, na indústria e a mortalidade infantil são os utilizados por Putnam (2006, p.163) ao fazer uma correlação entre desenvolvimento sócio-econômico e tradição cívica. Segundo ele, os indicadores de trabalho são relativos à industrialização e a mortalidade infantil é relativa ao bem-estar social. Ou seja, se pode dizer que para ele desenvolvimento abrange bem-estar econômico e social, sendo este último aferido a partir apenas da mortalidade infantil.

No tocante ao que Putnam entende por desenvolvimento, é razoável supor que ele enxerga a modernidade econômica e os baixos índices de mortalidade como indicadores que por si só suficientes para representar desenvolvimento. Em nenhum momento ele chega a afirmar que esses indicadores são insuficientes, mas são os disponíveis. Porém que, “(...) *Os indicadores mais objetivos de desenvolvimento sócio-econômico são o emprego na agricultura e o emprego da indústria. Tais dados refletem claramente a revolução industrial ocorrida da Itália neste século. (...)*”. (PUTNAM, 2006, p.166)

Percebe-se então, que o entendimento a respeito do tema está vinculado a teorias economicistas sobre desenvolvimento, que visualizavam no bom desempenho da economia o reflexo de uma sociedade desenvolvida.

Por outro lado, Sen (2000) tenta se desvincular dessa perspectiva e parte para outro campo de visão. Assim, ao longo de seu discurso ele enfatiza a necessidade de se desprender da visão economicista

e partir para uma visa mais humanista. Segundo ele, prestar atenção na economia se faz necessário, mas não é o fim último para atingir o desenvolvimento. Sua perspectiva mais além e lança um novo olhar sobre a temática, tirando o foco do crescimento econômico e direcionando para as liberdades dos indivíduos.

Não seria errôneo afirmar que Sen (2000) tem uma abordagem teórica diferente da de Putnam (2006) no sentido de que o primeiro se concentra no indivíduo e o segundo, em um nível mais amplo, na comunidade. Enquanto Putnam (2006) transfere para a comunidade como um todo, a responsabilidade de ter um “espírito cívico”, Sen (2000) coloca o indivíduo como centro do processo de desenvolvimento – vide o que ele fala a respeito de adultos responsáveis.⁵

⁵Contudo, não se pode dizer que Sen (2000) transfere para o indivíduo o fardo de “gerar” desenvolvimento, pelo contrário, ele coloca o Estado como responsável por expandir as liberdades individuais. Enquanto que Putnam (2006) parece realocar essa tarefa do Estado para os “cidadãos”, pois de acordo com ele, é inequívoca a constatação de que são as tradições cívicas que ajudam a prever o nível de desenvolvimento de uma economia e, de forma alguma, essa relação se dá ao contrário.

Os autores não chegam a divergir entre si, eles estão colocando dois aspectos, até então ignorados, no debate. Mas suas perspectivas de desenvolvimento são diferentes. Tanto um quanto o outro colocam a democracia com um ponto fundamental, seja para a formação de um espírito participativo quanto para expansão das liberdades. É importante salientar esse fato. Outra questão pertinente é o fato de eles fazerem uso de uma análise a todo tempo comparativa e sem deixar para trás o contexto histórico onde estão inseridos seus objetos de análise.

5 “Adultos responsáveis têm de ser incumbidos de seu próprio bem-estar; cabe a eles decidir como usar suas capacidades (...)”. (SEN, 2000, p.326).

REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

⁵ “Adultos responsáveis têm de ser incumbidos de seu próprio bem-estar; cabe a eles decidir como usar suas capacidades (...)”. (SEN, 2000, p.326).

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2000

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.